



## **Mais do que morar, Habitar: reflexões sobre o direito a moradia e a pobreza absoluta em Anápolis-GO**

**Thalita Aguiar Siqueira\*<sup>1</sup> (PG), Marcelo de Mello (PQ)**

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Anápolis de ciências sócio-econômicas e humanas.

Resumo: O espaço urbano é notadamente marcado por desigualdades. Este é produto das ações dos agentes que servem ao capital e investem em algumas áreas em detrimento de outras. Isso faz com que as desigualdades se acentuem, sendo o principal elemento que reflete tais desigualdades a moradia. A questão do direito a moradia vem sendo amplamente discutida já há algum tempo. No entanto, tais discussões devem ser aprofundadas quanto a importância do contexto em que a moradia está inserida; pois ele pode dizer muito sobre o cotidiano das pessoas que habitam determinado lugar. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo contribuir para uma discussão mais ampliada, considerando a população em situação de rua como produto de um processo de vulnerabilização do indivíduo a partir da precariedade da moradia e das questões que envolvem não apenas o morar, mas o habitar no espaço urbano.

Palavras-chave: Espaço. Segregação. Vulnerabilidade. Habitante da Rua.

### **Introdução**

Entender como a produção do espaço urbano se dá de forma desigual e como isso está diretamente relacionado à questão da moradia passa por compreender qual é o motor de tais transformações:

Nesse caso, o capital financeiro associado ao capital industrial, atendendo a uma nova demanda da economia - o crescimento do setor de serviços - precisa, para se desenvolver, da aliança dos empreendedores imobiliários com o poder municipal garantindo a gestão da cidade dentro dos padrões necessários para a reprodução continuada do capital. Ocorre que a intervenção do Estado produz ou reproduz desigualdades no que se refere à distribuição dos investimentos no espaço que a renovação urbana reforça, pois ela cria a valorização da área atingida em detrimento de outras áreas e de outros setores sociais da cidade. (CARLOS, 2007, p.78).

Na perspectiva que Carlos (2007) coloca, os principais agentes que produzem o espaço urbano são os empreendedores imobiliários e o Estado que

---

<sup>1</sup> aguiarthalita29@gmail.com



estão a serviço do capital e desta forma estão constantemente (re) produzindo desigualdades que se refletem no espaço da cidade.

Nesse Sentido, a sociedade urbana se torna cada vez mais marcada por complexos problemas, que afetam o cotidiano dos seus habitantes. A partir desta constatação, a questão da moradia adquire destaque por repercutir de maneira profunda na vida das pessoas. Segundo Duarte; Apoliézer (2015, p.6):

“O direito à moradia é parte do exemplo de vida adequado. Ou seja, não se resume a apenas a ‘um teto e quatro paredes’, mas ao direito de toda criança, todo jovem, toda mulher e todo homem de ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúde.”

Morar é mais do que apenas estar em uma casa. O que o lugar habitado e a comunidade a sua volta oferece é fundamental para a construção da dignidade humana: Educação de qualidade, trabalho digno, lazer, saúde, entre outros direitos básicos do ser humano. Esta questão nos leva a outra discussão que é a distinção entre o habitar e o habitat, Carlos (2007) diferencia estas duas categorias analíticas:

[...] a potencialidade do uso também se revela no cuidado que diferencia o habitar (analisado enquanto ato criativo, possibilidade de uma vida realizada em vários planos espaciais interligados de modo a criar um quadro amplo aonde a vida se realiza) do habitat ( que significa a redução da vida ao plano do espaço privado), em que a casa foi reduzida à função de mercadoria; uma funcionalidade produzida e determinada por razões técnicas[...]. (CARLOS, 2007, p.30)

É fundamental compreender que morar não é apenas ter uma casa, mas é preciso antes de tudo habitar, o que seria uma maneira ampla de realização da vida ainda para Carlos (2007):

A função econômica que se impõe sobre o habitar e sobre todos os lugares e momentos da vida cotidiana na cidade, projeta o espaço homogêneo (dado por sua condição de mercadoria) fragmentado (venda de parcelas do espaço definindo o uso) e deste modo os mecanismos que produzem a moradia revelam a extrema segregação imposta – pela existência da propriedade privada do solo urbano - pela necessidade da reprodução do capital revelando, no plano da prática sócio espacial, a fragmentação dos lugares submetidos a funcionalização. (CARLOS, 2007, p. 115)

Entender que “Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido.” (SANTOS, 2003, p.9) é o ponto de partida para mergulharmos nas complexidades do espaço urbano e entender o lugar da moradia e da falta de moradia nesse labirinto que é a cidade contemporânea. Nesse sentido:



O entendimento da transformação radical requer uma ação de transformação da cidade alienada em cidade-obra, isto é, em uma cidade passível de ser apropriada plenamente pelo indivíduo em sua prática sócioespacial, fundada no uso e revelada por uma relação espaço-tempo que potencializa a apropriação dos lugares da realização da vida.. (CARLOS, 2007, p.117)

Para entender essas questões, devemos pensar no cotidiano das pessoas. Pensemos em uma mãe que mora em um bairro periférico, que sofre com a ausência de transporte coletivo e precisa deixar seus filhos na creche antes de ir para o trabalho. A situação desta mãe é complexa, pois as distancias entre a casa, a creche e o trabalho são longas e precisam ser vencidas todos os dias. Tal cenário impõe um estado de vulnerabilidade, percebido por meio do risco constante de demissão; pois percorrer longas distâncias, em uma cidade caracterizada pela precariedade de serviços básicos, traz consigo o risco do atraso frequente no trabalho. Morar, nesta perspectiva, assume uma dimensão mais complexa do que é usualmente entendido. Morar é mais do que ter um lugar para se abrigar.

A falta de moradia digna então se explica pelo interesse do capital em moldar o ambiente urbano para atender as suas necessidades. Desta forma, os processos imobiliários e a gentrificação<sup>2</sup> se tornaram parte essencial das cidades (MARICATO, 2015), inviabilizando ações direcionadas para uma maior equidade entre a população, principalmente no que se refere à moradia.

Mas ainda, os pobres da cidade figuram como obstáculos às ações do Estado neoliberal e do mercado imobiliário. A esse respeito Maricato (2015, p.60) esclarece que:

[...] ainda resta um obstáculo a ser removido: os pobres que se apresentam sob a forma de moradores de favelas, dependentes de drogas, moradores de rua, vendedores ambulantes... Com eles ali, a taxa de lucro que pode ser obtida na venda de imóveis não compensa.

Maricato (2015, p.62) segue contribuindo, afirmando que “Nessas áreas ditas “deterioradas”, está a única alternativa de os pobres vivenciarem o “direito a cidade”, Pois de um modo geral, eles são expulsos dela”, sendo assim “O modelo é

---

<sup>2</sup> Alterações nas dinâmicas de uma área para a sua valorização envolvendo a construção de pontos comerciais, edifícios, etc. novamente essas pessoas são expulsas.

contra os pobres que estão longe de constituírem minoria em nossa sociedade”. (MARICATO, 2015, p.63)

Nessa perspectiva, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017 58% dos brasileiros tinham carências sociais e 25,4 % da população Vivian na linha da pobreza. Tais condições apresentam o indivíduo em uma situação de vulnerabilidade social ampliada, colocando-o na linha da pobreza absoluta. Segundo Crespo; Gurovitz (2002, p.4):

O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam o biológico, o das necessidades básicas ou o dos salários mínimos.

Nesse sentido, ainda segundo o IBGE, em 2017, 22,1% dos brasileiros estavam vivendo abaixo da linha da pobreza, o que significa que não lhes é garantido o mínimo das necessidades básicas para uma vida digna.

A presente pesquisa busca compreender o processo que produz pessoas em situação de rua, através da vulnerabilidade social que se amplia cada vez mas. “A situação de rua adquire uma maior complexidade na medida em que se considera o intrincado conjunto de fatores que se inter-relacionam no processo de ida para a rua e nas práticas assistenciais existentes” (VARANDA; ADORNO, 2004, p. 58).

Ao relacionar a importância da moradia em nossa sociedade e a questão das pessoas em situação de rua, podemos considerar esse indivíduo como um habitante das ruas, pois nelas ele realiza suas atividades básicas cotidianas e estabelece uma relação de identidade com o espaço à medida que habitam e circulam por determinados locais da cidade (PALOMBINI, 2013).

Este artigo tem por objetivo contribuir para uma discussão mais ampliada, considerando a população em situação de rua o produto de um processo de vulnerabilização do indivíduo a partir da precariedade da moradia e das questões que envolvem não apenas o morar, mas o habitar no espaço urbano.



Buscando atingir tal objetivo partimos do entendimento do processo de produção do espaço urbano, por meio de suas desigualdades sócio-espaciais, principalmente quando consideramos a precariedade que o elemento moradia tem para os pobres da cidade, o que acaba provocando a vulnerabilização do indivíduo ao ponto da pobreza absoluta.

O texto foi organizado em quatro seções, a primeira introduz o assunto a partir das desigualdades socioespaciais presentes na cidade e a importância da moradia no cotidiano das pessoas, a segunda apresenta a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho partindo de observações empíricas na cidade de Anápolis-GO e revisão bibliográfica. A terceira parte se concentra em discutir a produção do espaço urbano, considerando a realidade da cidade de Anápolis- GO, de forma desigual e seus reflexos na questão da moradia e no cotidiano das pessoas contribuindo para o aumento da vulnerabilidade dos indivíduos podendo estes chegarem ao ponto de não ter outra opção a não ser as ruas.

## Material e Métodos

Para a realização deste trabalho partimos inicialmente de observações empíricas sobre o cotidiano das pessoas em situação de pobreza absoluta na cidade de Anápolis-GO. Estas observações foram feitas a partir de trabalhos de campo realizados entre a última semana do mês de Junho e a primeira quinzena do mês de Julho de 2018. Nesse período, algumas ideias foram levantadas como: a ida diária para o trabalho, uma mãe que precisa levar e buscar as crianças na escola todos os dias ou no médico e ao mesmo tempo ir trabalhar para garantir o sustento da sua família. Considerando essas questões percebemos que existem famílias que vivem sem acesso aos direitos básicos. Direitos que começam por uma moradia digna. Em muitas famílias a falta de acesso aos direitos básicos se manifesta de forma contínua, sendo perpetuada e situando um contingente considerável de pessoas na linha da pobreza absoluta, o que acaba rompendo com vínculos familiares de afeto.

Posteriormente nos debruçamos sobre o material teórico disponível, a fim de entender as questões relacionadas ao exposto acima como a produção desigual



do espaço urbano, segregação residencial, o direito a moradia, vulnerabilidade social, pobreza absoluta, a ida pras ruas entre outras questões.

## Resultados e Discussão

O espaço urbano é produzido de forma desigual. Nesta perspectiva, algumas áreas recebem investimentos constantes e são altamente valorizadas, enquanto outras são constantemente deterioradas. Nesse sentido, vamos ao encontro das teses apresentadas por Santos (2006) que apresenta as “Zonas Urbanas Luminosas” e as “Zonas Urbanas Opacas”, Para o Autor :

Na cidade "luminosa", moderna, hoje, a "naturalidade" do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas 'opacas'. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores. (SANTOS, 2006, 221)

Para Santos, as zonas urbanas ‘luminosas’ são marcadas pela modernização e pela racionalidade. Estas qualidades são percebidas em espaços do bairro Jundiaí (Figura 1) em Anápolis-GO. Trata-se de um espaço marcado por constantes investimentos e revitalizações, o que acaba por expulsar os pobres dessa área. Já a área central da cidade (Figura 2) se enquadra no que Santos (2006) chama de Zonas Urbanas ‘opacas’: um espaço marcado pela criatividade, pela presença do comércio ambulante e pelo fluxo constante de pessoas durante o dia. Este é o espaço do aproximativo, atraindo inclusive as pessoas que habitam as ruas.

As diferenciações espaciais que marcam a cidade vão influenciar a forma como seus habitantes vivenciam a cidade, onde cada grupo vai morar, ou permanecer como no caso dos moradores de rua. Dessa forma Segundo Carlos (2007, p.117):

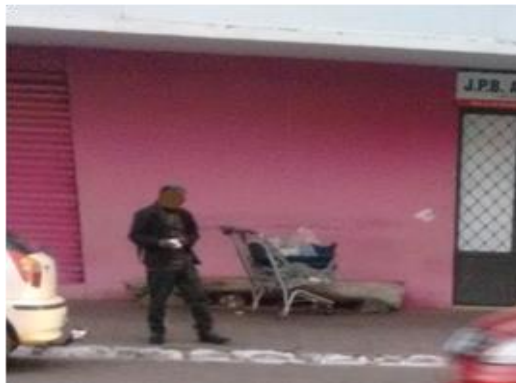
A cidade é vivenciada por seus habitantes como local de privação, de perda e de estranhamento, o que revela os descompassos entre o tempo da vida e aquele da transformação da morfologia urbana imposta pelas políticas urbanas no seio do Estado, e tais descompassos demonstram a existência de uma produção alienada da cidade.

**Figura 1: Condomínios de alto padrão no Bairro Jundiá em Anápolis (GO)**



Fonte: CABRAL, A.L. L, 2018.

**Figura 2: Morador de rua recolhendo material reciclável na região central de Anápolis (GO)**



Fonte: SIQUEIRA, T.A, 2018

Em Anápolis existem diversos bairros periféricos que ilustram bem a falta de moradia digna para sua população, a título de exemplo temos o Bairro Novo Paraíso I, Novo Paraíso II o Parque das Laranjeiras, entre muitos outros. Quando falamos em carência de moradia digna, nos referimos não apenas a casas, mas a todo um contexto de falta de dignidade humana em que o indivíduo está inserido. Nesse sentido, os pobres buscam alternativas através de novos usos para os objetos. Nesse sentido Para Santos (2006, p. 221):

Por serem "diferentes", os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos.

No entanto, a falta de educação de qualidade, lazer, saúde, a presença da violência constante, a impossibilidade da criação de vínculos sociais, levam o indivíduo a um processo de vulnerabilização constante, em que o último estágio é o rompimento definitivo dos vínculos familiares. No curso de um processo marcado pela perpetuação na condição de vulnerabilidade, esse indivíduo acaba tendo nas ruas a sua única chance de sobrevivência. Para Duarte; Apoliézer (2015, p.9):



O trabalhador brasileiro, que mensalmente recebe como contraprestação de serviço o salário mínimo, constrói diariamente maneiras de administrar os investimentos versus gastos mensais com o intuito de não entrar na linha da penúria. Contudo, fica muito difícil tal administração, porque os recursos financeiros não lhe dão condições para ser diferente. Sendo assim, as necessidades básicas do trabalhador não são atendidas, e a dignidade da pessoa humana fica imediatamente atingida.

Nesse processo, a vulnerabilização é constante. Os pobres não encontram condições para habitar a cidade. Para sobreviverem têm que superar as dificuldades de processos de expulsão frequentemente reproduzidos conforme descreve Maricato (2015) e nesse processo acabam rompendo com os vínculos familiares e tradicionais, e sendo assim buscam habitar as ruas.

Na busca de compreender as contribuições de Carlos (2007) e Santos (2006) sobre o “habitar” e as Zonas Urbanas “Opacas”, considerando estes como os espaços da criatividade, do aproximativo e que se abrem para a possibilidade de uma vivência mais ampla e que são geralmente esses espaços que permitem a vivência dos mais pobres, buscamos entender a relação dos moradores de rua com o espaço urbano de Anápolis.

No Bairro Jundiaí, um bairro marcado por constantes investimentos e renovação, contudo de forma desigual notamos que as áreas que recebem mais atenção, como a região do Parque Ipiranga e do SESC, acabam por repelir os mais pobres e a população em situação de rua, mas as áreas do bairro mais esquecidas e deterioradas, como a Praça Dom Emanuel e o Feirão Coberto, acabam atraindo esse tipo de população.

A área central da cidade, geralmente é deteriorada, abriga um comércio popular e também o comércio ambulante, que atraem a população em situação de rua. No caso de Anápolis o Centro POP também está localizado na área central, atendendo uma população de rua que habita uma região que envolve a Praça Bom Jesus; a Praça Americano do Brasil, Próximo ao Terminal urbano, e a Antiga estação Ferroviária, nas proximidades do Mercado Municipal.

Entendemos que a ida para as ruas é um processo de precarização do indivíduo através das desigualdades sócio-espaciais que se refletem principalmente na questão da moradia, que vem sendo perpetuado e passando de geração em



geração, sem dar a chance ao indivíduo de mudar sua realidade e que culmina em graves problemas sociais, que talvez devam ser entendidos a partir da ótica do habitar e das zonas urbanas “opacas”.

## Considerações Finais

A complexidade do espaço urbano faz com que percebamos o mundo de uma forma confusa, mas isso não quer dizer que não é possível perceber as contradições presentes na sociedade urbana. Por isso, lançamos um olhar crítico sobre a cidade de Anápolis a fim de entender como o seu espaço é desigualmente produzido. É importante questionar como o cotidiano das pessoas é marcado por situações e déficits que as colocam em condições de pobreza absoluta.

Desta forma buscamos entender a questão da moradia considerando a importância do contexto em que está inserida; pois ele pode dizer muito sobre o cotidiano das pessoas que habitam determinado lugar. Neste sentido, o presente artigo objetivou contribuir para uma discussão mais ampliada, que considera a população em situação de rua como produto de um processo de vulnerabilização do indivíduo a partir da precariedade da moradia e das questões que envolvem não apenas o morar, mas o habitar no espaço urbano.

Entendemos que o poder hegemônico está relacionado diretamente a essas questões à medida que investe em determinados locais expulsando os pobres e “esquecendo” outros locais. Nesse processo indivíduos se encontram cada vez mais vulneráveis chegando até mesmo a situação de rua.

Nessa perspectiva partimos do entendimento do processo de produção do espaço urbano, por meio de suas desigualdades sócio-espaciais, principalmente quando consideramos a precariedade que o elemento moradia tem para os pobres da cidade, o que acaba provocando a vulnerabilização do indivíduo ao ponto da pobreza absoluta.

Para tanto consideramos a realidade da cidade de Anápolis- GO, onde é possível perceber as desigualdades sócio-espaciais nas diversas escalas, considerando a cidade como um todo ou na perspectiva de um bairro, como o bairro

Jundiaí onde algumas áreas são extremamente valorizadas repelindo os pobres da cidade e outras áreas são obsoletas e pouco visíveis o que atrai a população pobre e as pessoas em situação de rua. E também a área central da cidade, que geralmente é deteriorada, abriga um comércio popular e também o comércio ambulante, o que atrai a população em situação de rua.

### Agradecimentos

As oportunidades nos são dadas por pessoas que acreditam em nossa capacidade de crescer, e agradecer é um gesto que estreita os laços tanto de amizade quanto profissionais.

Sendo assim, agradeço primeiramente ao professor Marcelo de Mello pelas orientações ao longo do caminho. E a CAPES por conceder a bolsa que está viabilizando esta pesquisa.

### Referências

CARLOS, A.F.A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade: São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>> Acesso em: 20/07/2018.

CRESPO, A.P.A; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno Multidimensional. **RAE- eletrônica**. V.1, nº 2, Jul- dez/ 2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>> Acesso em: 16/07/2018.

DUARTE, H.G; APOLIÉZER. **Dignidade da pessoa humana e direito a moradia**: reflexões frente ao conceito de Estado Democrático de Direito. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42532/dignidade-da-pessoa-humana-e-direito-a-moradia-reflexoes-frente-ao-conceito-de-estado-democratico-de-direito>> Acesso em: 16/07/2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PALOMBINI, L.L. Moradores de rua e suas relações com o espaço urbano. Porto Alegre: **Para onde!?**, 47-56, ago/dez.2013.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10ªed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

VARANDA, W; ADORNO, R.C.F. Descartáveis urbanos: discutindo a Complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**. V.13, n.1, p.56-69, Jan – Abri, 2004.